



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES

CURSO DE HISTÓRIA

**AS FAMÍLIAS E SEU LIXO:
LAJEADO NO CONTEXTO ANTERIOR À COLETA PÚBLICA**

Diéfersom André Fernandes

Lajeado, julho de 2009

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES

CURSO DE HISTÓRIA

**AS FAMÍLIAS E SEU LIXO:
LAJEADO NO CONTEXTO ANTERIOR À COLETA PÚBLICA**

Diéfersom André Fernandes

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de História, como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof. Ms. Silvana Rossetti
Faleiro

Lajeado, julho de 2009

RESUMO

A monografia trata sobre as práticas de descarte familiar do lixo e coleta pública dos resíduos sólidos domésticos. Seu objetivo é verificar os ‘modos de fazer’ com estes no momento histórico em que as famílias lajeadenses eram responsáveis por todas as etapas da gestão: a produção, consumo e descarte. Trata-se de um estudo que possui como recorte espacial os bairros Conventos e Centro entre as décadas de 1960, 70 e 80. Como perspectiva metodológica foi utilizada a História Oral Temática a partir da qual foram realizadas entrevistas com oito informantes, representando cinco famílias dos bairros listados. Também nos utilizamos de Atas da Câmara de Vereadores municipal referentes às décadas de 60 e 70.

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Descarte. Famílias. História Oral.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Síntese das Atas da Câmara na década de 1960.....	46
TABELA 2 – Síntese das Atas da Câmara na década de 1970: Questões pontuais.....	47
TABELA 3 – Síntese das Atas da Câmara na década de 1970: Outras.....	48
TABELA 4 – Síntese das Atas da Câmara na década de 1970: Questões estruturais.....	48

AGRADECIMENTOS

Existem pessoas que mal sabem do papel que desempenharam neste caminhar.

A professora Maribel e Neli que ajudaram a iniciar o caminho de bolsista de iniciação científica.

A professora Silvana e “chefa” Jane que me permitiram calmamente decidir o que pesquisaria e me deram o tempo e espaço suficiente para crescer dentro da minha própria proposta.

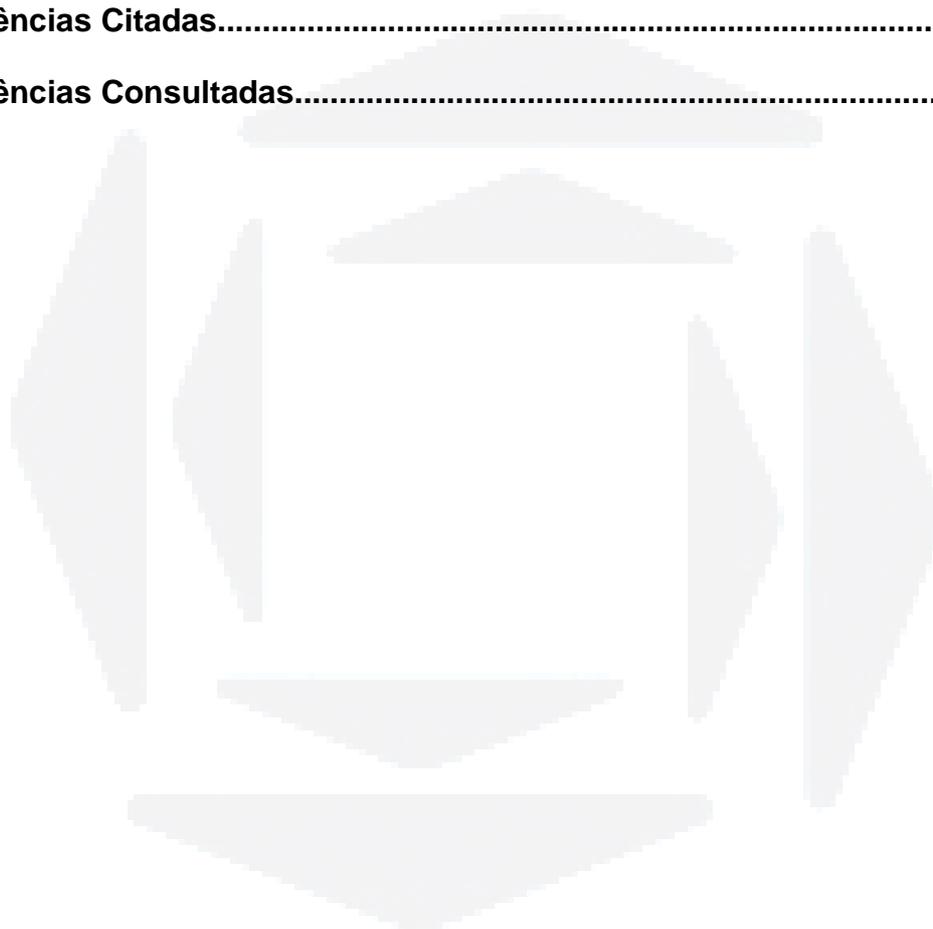
Meu familiares obviamente são pessoas que possuem um mérito grande nisso tudo. Eles também me deixaram caminhar, às vezes em passos lentos, mas sem me apressar.

Aos colegas bolsistas Tiago, Cristine, Michele, Tati, Juliane, Tevão, Camila, Ana, Charline e Jonas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Justificativas.....	10
2. O VALE DO TAQUARI.....	12
2.1 As primeiras populações.....	12
2.2 Povoamento.....	13
2.3 Imigração.....	14
2.4 Municipalizações.....	16
3. MEIO AMBIENTE, LIXO E HISTÓRIA: PESQUISAS SOBRE O LIXO.....	18
4. LIXO NO MUNDO.....	21
5. A CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL NO BRASIL.....	24
6. HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	27
7. CONSUMO, CONSUMISMO, SOCIEDADE E CULTURA DE CONSUMO.....	30
7.1 Origens da sociedade de consumo.....	32
8. TRAJETOS METODOLÓGICOS: ENTRE CERTEZAS E SURPRESAS.....	34
9. PRÁTICAS, PESAMENTOS, DESCARTE E LIMPEZA PÚBLICA.....	39

9.1 Em Conventos.....	39
9.2 No Centro.....	43
9.3 Nas Atas da Câmara.....	46
CONCLUSÃO: ENTRE DÚVIDAS E CERTEZAS.....	50
REFERÊNCIAS.....	55
Referências Citadas.....	55
Referências Consultadas.....	58



1. INTRODUÇÃO

Lixo. Pequena palavra que num primeiro ‘olhar’ pode não nos significar muito. Porém, ao aprofundarmos um pouco que seja as perguntas que fazemos sobre essa ‘palavra’, chegaremos a uma infinidade de ligações, influências, consequências, campos, entre outras possibilidades que podem ser observadas. A primeira pergunta a que sempre tivemos que responder quando nos propomos a estudar “o lixo” foi: ‘Lixo? Mas o que isso tem a ver com História?’. E, após alguns tropeços, a resposta é que o tema pode, e deve, ser abraçado por todas as áreas do conhecimento. Não é algo ‘mono’, mas sim ‘pluri’. Não é uma linha de pensamento, mas um emaranhado.

A que área do conhecimento pertence o tema lixo? Engenharia Sanitária? Engenharia Ambiental? Biologia? Química? A resposta: pertence a todos esses temas ao mesmo tempo, porém, a nenhum em particular.

Além de ser multidisciplinar, o lixo também possui uma ligação íntima com a História da humanidade. Que relação há entre um grupo guarani no período Pré-Colonial, um inglês do século XVII e um colono imigrante de açorianos no Rio grande do Sul? Todos eles precisavam lidar diariamente com os restos do que produziam, consumiam e utilizavam. Independente de localização, século, cultura, todos os povos tiveram que lidar, de alguma forma, com o seu lixo.

Mesmo que o lixo seja ponto em comum dos diversos povos nos mais variados tempos, os modos de produzi-lo e lidar com ele foram distintos.

No interior do Rio grande do Sul, recém povoado por imigrantes, o ritmo era diferente do existente na capital da província. Enquanto alunos das capitais, ou de grandes centros urbanos, podiam ter um tipo de acesso aos estudos, no interior os colonos construía suas próprias escolas comunitárias. Enquanto a arrecadação de dinheiro possibilitava a construção de belos templos religiosos, no interior pequenas capelas eram erguidas para se ter algum amparo religioso. Muitas cidades já viam no lixo um problema, mas o que acontecia no interior? O que ocorria no interior do Rio Grande do Sul, mais especificamente em Lajeado, no século XX? Temos alguns indícios, sim, através da oralidade. Já os documentos oficiais, devido aos anseios do período, possuíam outras pautas, outras preocupações. Porém, no contexto atual, temos política mais ou menos uniforme de gestão dos resíduos. Mas como e quando se deu a construção desse modo atual de gestão dos resíduos?

A partir das colocações acima, podemos perceber que existe lacuna de conhecimentos sobre a transição entre esse período tipicamente interiorano e o atual. Podemos saber os detalhes da política e da economia dessa transição, possuímos uma gama de documentos que abordam a política e a economia das décadas de 60 e 70, por exemplo, mas faltam subsídios nessas fontes para construir essa 'outra' parte da História.

Tais questionamentos surgem exatamente quando começamos a problematizar o lixo na atualidade. Sabemos para onde nosso lixo vai e, caso não saibamos, podemos com uma simples ligação telefônica descobrir. A realidade de muitos municípios gaúchos é praticamente a mesma quanto à destinação dos resíduos sólidos, ou lixo. Porém mais perguntas surgem: sabemos que a realidade atual é de responsabilização pública para com os resíduos sólidos, mas e quanto aos períodos anteriores? Os lajeadenses lidavam com seu lixo e pensavam nas questões ambientais, levando em conta esse novo tipo de responsabilização? Quais os modos de fazer com o lixo e as estruturas culturais e sociais em que se baseavam as práticas de descarte? Em especial, uma última questão surge: de que modo aconteceu a transição político-cultural entre a responsabilidade familiar e a municipal?

A partir de então, o objetivo geral da presente pesquisa é compreender as noções de descarte e as práticas familiares com relação ao lixo antes de haver a coleta pública, bem como conhecer o processo e o contexto de implantação dessa

coleta em Lajeado. Seguem alguns objetivos específicos para a concretização do trabalho: a) identificar de que maneira os resíduos eram descartados no contexto de 'gestão familiar', o motivo de tais práticas serem adotadas, os gestores do lixo familiar e as relações sociais que se constituíam a partir do trato com lixo; b) compreender concepções sobre o lixo e descarte e c) mapear o(s) processo(s) de implantação da coleta pública.

1.1 Justificativas

Temas ambientais são cada vez mais estudados. Novas perspectivas sobre práticas de descarte e da relação homem/natureza ainda carecem de elucidaciones, questionamentos e abordagens. Na área da História, em especial, pode-se dizer que os estudos ambientais são ainda recentes e seguem, em sua maioria, linhas temáticas da História Natural em que são avaliadas as mudanças ambientais resultantes da relação homem/natureza, pendendo, porém, para uma abordagem prioritariamente ecológica. Porém não devemos deixar de citar que, se o assunto relativo ao trato com lixo e às práticas de descarte está sendo trabalhado neste espaço, deve-se, sim, à influência da História Ambiental e dos autores que a introduziram, de uma forma ou de outra, no plano nacional: Worster (1991) e Drummond (1991).

A História feita a partir de temas ambientais demonstra a pluralidade de campos e temas que o historiador pode colocar sob o olhar crítico, como já diziam diversos autores que escreveram sobre as 'Novas Abordagens' (Le Goff; Nora, 1995). Creio que trabalhar com as práticas de descarte do lixo é mais um dos pontos inesperados que a História pode, e vai trabalhar. Esse tipo de investigação já foi feito por pesquisadores, como Rathje (1992), nos Estados Unidos, porém com um enfoque arqueo-sociológico, ou seja, praticamente uma arqueologia do presente, feita a partir do lixo como fonte de informações. Em termos de estudos sociais dos resíduos, Rathje é o expoente, embora suas pesquisas ainda se mostrem predominantemente quantitativas e pouco interpretativas. Esta pesquisa busca "respostas" diretamente nas pessoas, ao contrário de Rathje, que busca no lixo

respostas sobre a sociedade. Por mais que o lixo seja temática em comum, as propostas, perguntas e métodos são diferentes.

A História Regional no Vale do Taquari ainda é um campo cheio de possibilidades. Mesmo contando com muitos trabalhos que já se encontram disponíveis, ou que ainda estão sendo feitos sob as mais variadas óticas, o campo ambiental se mostra maior à medida que nele adentramos.

Motivações pessoais também se somam para este trabalho. Por fazermos parte de um grupo que estuda a questão atual do lixo no Vale do Taquari, elaborar uma monografia nesta área constituiu-se uma possibilidade curiosa.

Por fim, cremos que este trabalho seja relevante pela própria linha escolhida pela Univates para a Pós-Graduação: Ambiente e Desenvolvimento. Estar em consonância com a temática em que a Instituição planeja se aprofundar é uma evidência de que esta pesquisa poderá ser de valia para os demais alunos.

2. O VALE DO TAQUARI

2.1 As primeiras populações

O território que hoje compreende o Vale do Taquari se localiza entre as áreas de duas províncias indígenas chamadas Tape e Ibiaçá. O rio Taquari já era na época um importante demarcador natural das populações nativas. À sua direita território carijó e à esquerda ibiaiaras, e, na parte alta, território dos ibiaçanguaras (Schierholt, 1992).

Num primeiro momento, a ocupação de populações indígenas, em especial os guaranis, se dá às margens de grandes rios. Num segundo momento, que compreende a segunda onda migratória nos séculos IX a XIII, pode-se notar indícios de ocupação dos afluentes do rio Jacuí: do próprio Taquari e de rios de menor porte, juntamente com algumas nascentes. Os guaranis da região procuravam novas áreas, à medida que os recursos naturais do local em que se encontravam se esgotavam. Essa prática, além de poder ser compreendida pela própria questão de sobrevivência e adequação a suas práticas de subsistência como a coivara, também pode ser colocada à luz de uma de suas principais crenças: a busca da terra sem males (Fiegenbaum, 2006).

Até o século XVI, o território do Rio Grande do Sul permanece praticamente inexplorado, ainda dentro das áreas espanholas, o que se traduz no não enquadramento econômico dessa região nas culturas do açúcar e nem da extração de metais preciosos que se tornava a base da economia colonial (Pesavento, 1997).

No século XVII, há a ocupação holandesa de importantes áreas portuguesas na África, de onde provinha a maior parte dos escravos negros. Essa conjuntura serve de pontapé inicial para que a província de São Vicente, atual São Paulo, que também estava fora desse “plano colonial”, pratique o tráfico de indígenas no sertão e na região sul onde a delimitação entre as coroas Ibéricas não estava concretizada. Na primeira metade do século XVII, a construção das reduções na província do Tape forma estâncias de criação de gado e de agricultura. Essas reduções são abandonadas, na segunda metade do século, quando paulistas e lagunenses se aproveitam dessa concentração de indígenas já “amansados” pelos jesuítas a fim de levá-los às Minas Gerais na extração aurífera (Pesavento, 1997). Há indícios de que os indígenas habitantes da região do Taquari tenham sido preados nesse momento (Schierholt, 1992).

Nesse movimento de contato forçado, temos a permanência de alguns paulistas e lagunenses em território riograndense, inclusive no Vale do Taquari, tornando-se o que se costuma chamar de lavradores nacionais (Christillino, 2004).

2.2 Povoamento

Conflitos na fronteira, ainda indefinida, entre Portugal e Espanha fazem com que a Coroa Lusa concretize a aquisição de algumas posses nos limites do território espanhol. A província do “Rio Grande de São Pedro” era vista como um “baluarte militarizado” mais do que um núcleo produtor de gêneros para a economia, devido à sua posição estratégica na manutenção dos limites da Coroa. No início da segunda metade do século XVIII, há a distribuição de sesmarias aos militares de alta patente, que estavam na defesa do território, assim formando a elite local, e aos tropeiros que se sedentizam. O território que hoje corresponde à parte baixa do Vale do Taquari foi doado entre os séculos XVIII e XIX (Christillino, 2004). A grande quantidade de terras para uma porção pequena de donos não alterou o quadro de “vazio geográfico”, pois esses militares não habitavam efetivamente as terras. O perigo de invasões à região estratégica de Rio Pardo se manteve. Nesse sentido, começam alguns movimentos de povoamento da região com o incentivo da vinda de

casais da Ilha dos Açores para as Missões, por volta da década de 60 dos setecentos. Além de contribuírem no povoamento, esses imigrantes seriam um auxílio na produção de alimentos para o exército fronteiriço. O governo Imperial não mantém as promessas e cuidados com as famílias, que acabam por não conseguir a posse das terras prometidas nas Missões, e são “forçadas” a empreender migrações internas que resultam no povoamento de regiões como Mostardas, São José do Norte, Taquari, Santo Amaro, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira, Conceição do Arroio, entre outras. No final do século XVIII, os proprietários dessas sesmarias, por pressão judicial, enviam escravos para ocupar e fazer construções a fim de legitimar as posses. Com esse movimento também há a divisão das fazendas em áreas menores, para um melhor controle por parte dos sesmeiros (Schierholt, 1992). Os lavradores nacionais que viviam nesses territórios eram absorvidos como trabalhadores nessas “fazendas”, ou então eram empurrados para áreas mais ao norte, onde poderiam continuar sua agricultura de subsistência, extração de erva-mate e de madeira. Nos últimos vinte anos do século XVIII, podemos notar a presença do escravo negro nesse movimento de apossamento das terras dos grandes latifundiários do Vale do Taquari, servindo como o indivíduo que cultivava as terras e erguia as construções, enquanto seu “dono” permanecia em sua cidade de origem.

2.3 Imigração

No início do século XIX, havia quatro grandes divisões administrativas que enquadravam o território da província de São Pedro do Rio Grande: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Em meados da primeira metade do século, a entrada de imigrantes alemães em território gaúcho, para proporcionar o povoamento de determinadas regiões, dava sinais de lucratividade no comércio de terras.

Nesse mesmo período, regiões começam a se emancipar politicamente, como foi o caso de Triunfo, em 1831, contendo os povoados de Santo Amaro e Taquari. No final da primeira metade do século, os imigrantes foram enviados a outras áreas

onde havia terras devolutas ou onde grandes proprietários fundaram colônias particulares.

A peste do carrapato e a ferrugem do trigo fizeram com que as atividades de ponta em diversas áreas da província não tivessem a mesma repercussão no Vale do Taquari, onde a atividade que se destacava era a extração de madeira e de pedras (Christillino, 2004).

No início da segunda metade do século, o governo se interessa pelas terras de Santo Amaro para ampliar as áreas de colonização. Nesse mesmo contexto, Fialho de Vargas, o novo dono das posses, se muda para a fazenda Conventos empreendendo algumas construções como uma igreja e sua própria casa. Mostrava, dessa forma, ao governo provincial que as áreas estavam legalmente ocupadas, já que sua meta maior era utilizá-las como colônias particulares. Os territórios da parte alta do Vale do Taquari que haviam sido “esquecidos” por um longo período foram retomados pelos seus donos.

Acentua-se o contexto de imigração no Vale. Mais do que modificações sociais e econômicas do próprio imigrante, temos um contexto de desvalorização da antiga elite local da qual faziam parte militares. As divisões entre as coroas Ibéricas já haviam sido estabelecidas, e Portugal ficou com algumas áreas ao sul que não faziam parte dos acordos originais. As antigas elites fronteiriças da região dos Vales deixam de possuir o prestígio de que gozavam em meados do século XVIII quando eram as responsáveis pela manutenção do território, até então, fronteiro.

Com a lei de terras de 1850, temos uma verdadeira modificação das relações econômicas, os grandes oligarcas passam a ampliar suas posses e os pequenos posseiros, lavradores nacionais e negros são colocados ainda mais à margem dessa estrutura. O não conhecimento de seus direitos e possibilidades de legalização das poses (Rückert, 1997) era a condição para que os antigos militares pudessem ampliar indiscriminadamente suas áreas.

Com a introdução do imigrante alemão, os antigos escravos passam a gerar uma massa de servos e mão-de-obra barata, a fim de garantir a sobrevivência em uma sociedade que os coloca à margem.

A construção de escolas vindas da iniciativa dos próprios moradores da colônia de Conventos evidencia o caráter precário do atendimento educacional, e

mesmo espiritual, em muitas áreas de colônias. A construção de engenhos e moinhos mostra um crescimento da atividade agrícola e da tendência de trabalhar com produto mais elaborado para uma maior aceitação no mercado.

As desanexações de terras como a de Estrela, que agregava os territórios de Conventos, também são evidências de um contexto de alterações da territorialidade e da tentativa de gerar unidades locais. A construção de uma igreja na própria “fazenda” era sinônimo de *status*, possibilidade de um atendimento espiritual local sem precisar se dirigir à sede, oferecendo uma maior autonomia à localidade. Com isso temos várias fazendas constituindo núcleos locais com a vinda dos imigrantes. Temos Taquari, Santo Amaro, Estrela e Lajeado como exemplos dessas novas delimitações a partir da entrada dos imigrantes.

A partir dos últimos trinta anos do século XIX, uma nova leva de imigrantes, desta vez italianos, chega ao Rio Grande do Sul. Em muitos casos, como também no Vale do Taquari, as áreas de planície e propícias ao plantio já estavam sendo ocupadas pelos alemães. Estabeleceram, então, suas posses na parte Alta do Vale, uma região menos propícia a determinadas culturas agrícolas. Os imigrantes italianos também tiveram que lidar com uma rede comercial local já constituída pelos seus antecessores. Nesse contexto também temos um “último” movimento de impelir os indígenas que habitavam essas áreas de florestas da parte alta do Taquari, além de também englobar, ou repelir, os lavradores nacionais que viviam da erva-mate na região.

Da década de 50 até 1900, temos o reordenamento das divisas, assim como de ocupações que vão da década de 60 até o final dos anos 80, alterando o panorama existente no Estado e no próprio Vale.

2.4 Municipalizações

Nos primeiros anos do século XX, ocorre a ocupação mais efetiva, ainda em decorrência da imigração italiana, dos territórios no norte do Vale: Relvado, Anta Gorda, Doutor Ricardo, Ilópolis e Arvorezinha são formados. Com o assentamento

das famílias e a constituição de relações comerciais mais delimitadas, como a construção de estradas para o escoamento da madeira, de serrarias, e a introdução da energia elétrica para o beneficiamento da erva-mate, os núcleos locais são fortalecidos (Júnior, 2004). A maturação da República serve como pano de fundo para as municipalizações no Vale do Taquari, que até a década de 60 tem seu território intensamente reconfigurado (Jacques, 1974).



3. MEIO AMBIENTE, LIXO E HISTÓRIA: PESQUISAS SOBRE O LIXO

Que as questões ambientais são uma das principais pautas de notícia e estudo não é novidade. As mais variadas áreas do conhecimento já possuem algum tipo de pesquisador expoente em relação à temática. Com as disciplinas que se ocupam do passado, não é diferente. Mesmo com uma produção recente de títulos em português, o estudo de questões ambientais em História e Arqueologia está cada dia mais presente, especialmente em simpósios, artigos, grupos de trabalho em eventos, entre outros.

Citando o campo da arqueologia, William Rathje (1992), estadunidense, fundador do chamado '*Garbage Project*', na década de 70, inovou ao aliar questões ambientais modernas à arqueologia. Seu estudo se constituiu em uma análise do lixo contemporâneo, a fim de conhecer aspectos da própria sociedade dos Estados Unidos. Por que não se basear em uma fonte de informações tão abundante e reveladora como o lixo? Eis o questionamento do pesquisador. Em um artigo feito para publicação em periódico nos Estados Unidos, William Rathje e Murphy (1992), através de anos de pesquisas em aterros, conseguem, inclusive, 'desmistificar' cinco grandes questões que eram tidas como verdades sobre o lixo norte-americano. Em '*Five major myths about garbage, and why they're wrong*', publicado no ano de 1992, os autores comprovam que o lixo pode ser, sim, uma fonte de informação abundante sobre as pessoas e seus hábitos diários.

A originalidade das pesquisas e da metodologia de Rathje influenciou um grupo de pesquisadores na Bélgica onde, na década de 1990, Bourgeois, Erynck,

Gilté e Rondelez (1994) examinaram um antigo aterro abandonado em Gentbrugge que possuía lixo de Ghent, a cidade vizinha. Após trabalhar no local em vários níveis de profundidade no aterro, a fim de obter materiais com datações de descarte variados, alguns dos resultados ajudaram a comprovar dados já existentes sobre costumes do período em que o aterro estava ativo. Hábitos alimentares decorrentes de um período de crise, o consumo de determinados remédios e anticoncepcionais foram alguns dos pontos mais relevantes que puderam ser evidenciados.

No Brasil, mais recentemente, com o título 'Arqueologia do Lixo', André Wagner Andrade (2006), em sua tese de doutorado, analisa um aterro abandonado em Mogi das Cruzes, São Paulo. Pode-se dizer que seu trabalho conseguiu adaptar uma metodologia de caracterização e catalogação dos resíduos. Porém, como o próprio autor afirma, o aprofundamento nas interpretações qualitativas sobre os dados foi tímido.

Já Donald Worster (1991), em especial, é responsável por um dos artigos mais conhecidos nacionalmente: 'Para Fazer História Ambiental', publicado na Revista Estudos Históricos. Na mesma edição o artigo 'A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa', de José Augusto Drummond, também tornou-se uma referência nacional para pesquisadores ambientais.

Muitos estudos e artigos citam e seguem as indicações de Drummond (1991) e Worster (1991), em especial, na linha de uma História Natural. Os exemplos que se destacam são os estudos referentes aos estados de São Paulo e Paraná. Sobre o Rio Grande do Sul, a exemplo, a autora Juliana Bublitz (2006) trata sobre a relação da colonização em seu artigo 'Desmatamento Civilizador: a História Ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul (1824-1924)', baseada nos autores já citados. Temos também a dissertação de mestrado "O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari - Rio Grande do Sul" de Kreutz (2008) que segue as linhas da arqueologia mapeando a relação guaranis/natureza. Percebe-se, dessa forma, que a tendência da História Ambiental, atualmente, é a historicização de mudanças sofridas no ambiente a partir da relação homem/natureza.

Worster e Drummond (1991) são considerados pioneiros em se tratando de uma ciência humana voltada ao Meio Ambiente. Pesquisadores brasileiros acabam

estruturando seus estudos em consonância com as ciências naturais, em especial à Ecologia. A análise do impacto ambiental que determinada região sofreu pela ação humana é o carro-chefe dessa linha de pesquisa em que se utilizam recursos metodológicos como a avaliação de vegetação, biodiversidade, entre outros. É dessa fonte que Drummond e Worster bebem para escrever seus artigos, anteriormente citados. Ou seja, há uma relação íntima entre temáticas e metodologias das Ciências Naturais, que até então correspondiam, por excelência, às áreas que estudavam a Natureza e as questões naturais, e das Ciências Sociais nos autores hoje considerados pioneiros.

Na região do Vale do Taquari, os estudos de temas ambientais têm como referência o programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) do Centro Universitário UNIVATES, de Lajeado. Um dos projetos de pesquisa multidisciplinar intitula-se “Práticas Ambientais e Redes Sociais: investigações das realidades dos resíduos sólidos domésticos no Vale do Taquari – RS”, cujo objetivo principal é estudar as redes sociais que se formam a partir dos resíduos sólidos, a fim de avaliá-los e compreendê-los para, ao final do projeto, gerar um retorno à comunidade e aos Poderes Públicos municipais. Sob a coordenação da doutora Jane M. Mazzarino (2007), o grupo iniciou pesquisa no primeiro semestre de 2007 e tem como foco as relações que surgem e se mantêm a partir do trato com os resíduos sólidos atualmente. Contemplando desde o município que descarta o material em sua residência até o dono da empresa recicladora, todos são considerados atores do processo e, portanto, são informantes deste projeto.

O Meio Ambiente e os resíduos sólidos se mostram um campo que desperta olhares, curiosidades, questionamentos que são reflexos das preocupações contemporâneas. Estudos que vão desde a relação homem/natureza em períodos remotos, como a tese de Kreutz (2008), até a organização de catadores e separadores de lixo, presente em Magera (2006), são realizados e nos trazem contribuições para área que até há pouco tempo desconhecíamos, ou ignorávamos.

4. LIXO NO MUNDO

Podemos problematizar a questão do lixo nos mais variados espaços e tempos. Em qualquer lugar, onde houve presença humana, existiu a produção de resíduos. Porém pode-se dizer que o lixo e seu descarte tornam-se problema nos espaços urbanos. Temos poucas informações a respeito de casos orientais, mas no ocidente, com os contextos de “ressurgimento” das cidades, conseguimos ter acesso a algumas informações. Um dos momentos em que a questão do lixo chegou a níveis críticos foi o da Peste Negra que assolou a Europa Ocidental e revelou o problema que já era visível, mas que até então havia sido ignorado.

Com a urbanização, o crescimento das cidades e o aumento de população coexistindo num mesmo espaço mal organizado, ficam visíveis os problemas originados dos modos de se desfazer do lixo. Se até então jogar lixo fora era simples, tornou-se questão complexa.

Nos séculos XIV e XV espaços como a Inglaterra e Paris sofrem com práticas como o despejo de lixo em canais e valas públicas ou então nos portões de entrada da cidade. Mesmo que houvesse uma tímida movimentação no sentido de coleta dos resíduos de algumas localidades, o problema não era resolvido, já que o destino final desses recolhimentos era o despejo nos rios. Mesmo que já se sentissem os problemas decorrentes da disposição inadequada dos resíduos, o princípio norteador de qualquer prática era apenas a de mantê-los longe ‘das vistas’.

Já no século XIX, a Porto Alegre dos anos 20 não possuía práticas tão diferentes das citadas acima. Em relatos do viajante Saint-Hilaire (1999) podemos notar os restos de comida sendo atirados em locais inadequados. Outro ponto a se

destacar era o despejo do lixo nas margens do Guaíba. Ou seja, com a urbanização advinda de outros continentes, as práticas e problemas vieram junto. Oito anos depois tem-se uma determinação pública a fim de orientar a população quanto aos locais em que deveriam ser descartados os resíduos. Seria, na época, mais apropriado enterrá-los em algum local próprio ou despejá-los em cinco pontos do Guaíba especificamente escolhidos para o despejo do lixo. Neste século também podemos notar a preocupação de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo na tentativa de montar uma gestão eficaz com relação aos resíduos. Nessas cidades as mais variadas formas de recolher o lixo vão desde a limpeza feita por detentos, passando por escravos e empresas particulares. A preocupação dessas cidades do Sudeste vem ao encontro do medo de novas epidemias causadas por questões de higiene e saneamento. Nos Estados Unidos temos alternativas de gestão em estágios diferentes da realidade brasileira. Nas ‘terras do Tio Sam’ começam as tentativas de solucionar o problema via incineração. No final do século, o lixo já havia deixado de ser, nessas grandes cidades, um elemento inofensivo do dia-a-dia para se tornar um problema a ser combatido (Comlurb, 2007; Barbalace, 2003).

Nas primeiras décadas do século XX, duas novidades de gestão dos resíduos chegam ao Brasil: a técnica de incineração e a coleta feita via tração animal. Nessa mesma época, já havia cerca de 300 incineradores nos Estados Unidos, e os locais pantanosos começam a se tornar um terreno propício para despejo e aterro dos resíduos. Nos anos 40, novamente em São Paulo, a utilização de caminhões coletores inicia, e um novo incinerador com capacidade de 200 toneladas/dia é inaugurado, tamanha a demanda. Nos EUA os anos sessenta marcam o princípio da criação de legislações específicas para a questão dos resíduos, e também os produtos recicláveis começam a se tornar alvo de atenção de determinados grupos comerciais. No Brasil esse mesmo período marca as primeiras tentativas de terceirização do recolhimento do lixo e é introduzido o saco plástico.

A década de 70 pode ser considerada a divisora de águas com relação a uma mentalidade ambiental. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, evidenciou que a relação do homem com as questões naturais não era apenas um problema de determinados países, mas que já se encontrava, em maior ou menor grau, disseminada pelo globo. A Conferência marca, em especial, a preocupação política dos governos a nível global. Pode-se dizer que esse foi um dos

marcos políticos precursores das diversas leis que começam a surgir. (Comlurb, 2007; Barbalace, 2003).



5. A CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL NO BRASIL

Analisar a consolidação do capital industrial brasileiro nos auxilia na construção do contexto em que a demanda de novos produtos e uma maior gama de bens de consumo ocorrem.

A década-chave da pesquisa é a de 1970. Sabemos que os anos anteriores e posteriores a essa década possuíam como foco político-econômico a pressão pelo desenvolvimento industrial. No Brasil os governos da época possuíam como pauta a industrialização, fosse essa de caráter nacionalista, seja lá qual o sentido que cada partido deu a tal conceito, ou mesmo dependente de capital estrangeiro. No Vale do Taquari, vemos as consequências dessa conjuntura econômica: Estrela, município vizinho a Lajeado, torna-se um pólo industrial dentro das proporções da região. Por consequência, mesmo que nos esqueçamos, a relação com o que é descartado acaba por sofrer, em maior ou menor grau, alterações.

Silveira aborda o contexto econômico desse período, em poucas palavras:

O largo período de expansão capitalista de 1945-1973 foi realizado, pois, sob o signo do capitalismo multinacional, cuja atuação em escala global foi facilitada, em larga medida, por um grau inédito de integração da economia capitalista (Silveira, 1992, p.35).

Ao mesmo tempo, o presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, procurou adotar uma política voltada aos interesses militares norte-americanos ficando, desse modo, a América Latina em segundo plano na política econômica estadunidense (Fausto, 2003, p. 409).

A partir de 1960, o Brasil se torna dependente das rodovias, deixando de lado o impulso ferroviário que outrora parecia ser a grande alternativa para o escoamento

da produção agrícola brasileira (Fausto, 2003, p. 429). No próprio Vale do Taquari temos exemplo peculiar da substituição do trilho pelo asfalto: a Ferrovia do Trigo. Há décadas sendo construída com técnicas de ponta, ao ser finalizada, já nos anos 70, entretanto, não podia concorrer com a flexibilidade e rapidez das rodovias (Secchi, 2008, p. 60-70).

Com a posse de Fidel Castro na Cuba pós-revolucionária, o olhar das grandes potências econômicas sofre pequeno redirecionamento: a América Latina. Se uma pequena ilha localizada logo ao sul dos poderosos Estados Unidos da América, tido como país “símbolo” do capitalismo no contexto bipolar, consegue, com revolução, implantar regime comunista, os demais países da América poderiam fazer o mesmo. A situação não melhora com a famosa campanha da legalidade e a figura de Jango no poder de um dos países referência da América do Sul: o Brasil. Vemos, no mesmo período, John Kennedy assumindo a presidência dos EUA. A década de 60 começa com um panorama conturbado e cheio de expectativas para a outrora abandonada América Latina.

O primeiro passo nesse jogo de interesses não poderia ser de outro caráter senão econômico: Aliança Para o Progresso (APP), uma jogada elaborada a fim de afastar Cuba, a grande sombra no enalço estadunidense pela disputa por influência na América Latina, e oferecer apoio aos governos que mantivessem os mercados abertos aos EUA e a política fechada para os comunistas, na maioria dos casos, regimes militares (Félix, 2004, p. 41-42).

Existiam dois projetos antagônicos de desenvolvimento em pauta na América Latina, nesse momento: o modelo voltado a um protecionismo nacional, com ingresso seletivo de capital estrangeiro em áreas estratégicas, a fim de conseguir uma industrialização sem que se tornasse uma economia totalmente dependente de investimentos e créditos, e outro modelo em que havia a supressão de barreiras, com o propósito de criar uma industrialização mais rápida, porém totalmente dependente do capital estrangeiro. Entretanto com os golpes militares, a exemplo do Chile, temos o capital externo sem restrições se tornando a política prioritária na América (Silveira, 1992, p. 36; 44; 51).

No Brasil, os anos 60 marcam o final do período Juscelino Kubitschek (1956-1961) e do famoso Plano de Metas. Em termos numéricos, o governo JK conseguiu um crescimento significativo nas áreas de produção e indústria através da sua política que procurava criar uma indústria de base. JK aproveitou o período em que

o capital estrangeiro estava aberto para o território sul-americano, utilizando-o e permitindo que grandes empresas estrangeiras se instalassem em território brasileiro com facilidades, em especial montadoras de base (Fausto, 2003, p. 427). O Estado Novo já trazia alguns pontos em comum com a política de JK (Moreira, 2003, p.159-151). O caráter industrializador já se mostrava dominante, o que pode ser visto com a própria eleição de JK (Ibidem, p.177-179).

No contexto do período militar, temos o “milagre econômico” da década de 70 que se caracterizou por fortes empréstimos, investimentos estrangeiros, créditos ao consumidor, importações e diminuição dos salários. O aumento do número de aparelhos de TV e a Rede Globo como emissora nacional auxiliam no controle das informações. Esse ‘milagre’ contava com uma entrada forte do capital externo e da diversificação agrícola, arrolando, ao mesmo tempo, uma pesada dívida interna e externa. A dependência financeira e de produtos fica evidente, e a concentração de renda nas mãos de poucos se acentua.

Um novo plano é criado tendo em vista uma conjuntura externa desfavorável, com a crise do petróleo incentivando a produção nacional. Foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a fim de incrementar os insumos nas áreas petrolífera, de aço, de alumínio e de fertilizantes. Com a recessão da primeira metade dos anos 80, os setores de bens de consumo duráveis e de capital foram muito atingidos, porém a economia se reativa graças às exportações de produtos industrializados e à queda no preço do petróleo devido ao II PND.

O Rio Grande do Sul, durante o período militar, manteve-se como produtor agrícola e ampliou a indústria de bens de consumo. Um dos destaques, nos anos 70, foi a soja que se tornou um produto forte no estado e ainda foi matéria-prima para alguns outros produtos industrializados para o mercado consumidor, como óleo e farelo (Kühn, 2004, p. 151-152).

Em suma, o Rio Grande do Sul e também o Vale do Taquari estão inseridos neste contexto mundial e nacional: bipolaridade política e surto industrial econômico, o primeiro alimentando o segundo e vice-versa. Como centro de produtos agrícolas, a região sul do Brasil obteve investimentos em infra-estrutura e, como região-chave, se encontram as áreas de imigração europeia, em que a agricultura familiar gerou uma rede de comércio e de excedentes que propiciou o surgimento de uma indústria de benefício dos bens primários. ‘Novo’ capitalismo, novos produtos, novo lixo.

6. HISTÓRIA E MEMÓRIA

A proposta do projeto é abordar o trato dos resíduos no período antecedente à coleta municipal, quando as próprias famílias tinham que dar um destino adequado ao material. O meio escolhido para trabalhar o tema foi a utilização de fontes orais. Thompson (1992) aborda a possibilidade da história oral abarcar elementos de difícil acesso, pois “sem a evidência oral, o historiador pode, de fato, descobrir pouca coisa, quer sobre os contatos comuns da família com os vizinhos e parentes, quer sobre suas relações internas” (Thompson *apud* Favaro, 2002, p.164). Complementando, Frank (1999, p.110) afirma que “a reconstituição das redes de relações, profissionais e mundanas, dificilmente se fazem (*sic*) a partir de fontes escritas. Uma longa e frequentemente enfadonha pesquisa oral é necessária para encontrar todos os fios dessa sociabilidade”. O que se quer com o estudo é exatamente a análise dessas redes de sociabilidade e a identificação de práticas com relação aos resíduos sólidos - o lixo. Nesse sentido, as fontes orais atendem aos objetivos propostos.

Ainda sobre a História Oral, Meihy (2002) enfatiza sua utilização como complemento, técnica ou método. Para a compreensão da “maneira de fazer” familiar dos resíduos, a utilização como método se apresenta como a mais reveladora ao se apropriar da abundância de narrativas e memórias. Como diz Meihy (2002, p.44), o depoimento é o nervo da pesquisa, de onde partem as outras possibilidades. A partir do relato das próprias pessoas que efetuavam o descarte, é que se pretende verificar as nuances e buscar pontos a serem aprofundados. Para o autor “como o discurso é um bem de todos, democraticamente, o instrumento mais

elementar de expressão se presta a se tornar documento” (Idem, p.30). O trabalho com a História Oral reconhece a importância dessas áreas do cotidiano e da família, antes não examinadas, e da importância da sua “recriação” e documentação, como nos diz também Maria Célia Paoli (1992).

Independente da tipologia das fontes utilizadas pelo historiador, sejam elas orais ou escritas, deve-se perceber suas limitações de trabalho. O pesquisador não pode ser ingênuo quanto ao conhecimento das suas fontes, pois poderá cair em equívocos. Sobre o assunto, Pollak (1992, p. 207) destaca:

O trabalho do historiador faz-se sempre a partir de alguma fonte. É evidente que a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento. Na medida em que essa intermediação é inescapável, todo o trabalho do historiador já se apoia numa primeira reconstrução.

Quando se colocam as fontes lado a lado, e elas são observadas e lidas criticamente, vê-se que todas possuem um ponto em comum: a memória. O que se modifica entre as fontes são as ocasiões em que são construídas. Entretenimento, entrevista, discurso oficial, prestação de contas e atas, são construções a partir da memória social, como afirma Pollak (1992, p.207). Portanto, o historiador se debruça sobre um campo de possibilidades permeado de subjetividade. Isso porque a memória é traduzida por meio de narrativas as quais são construções simbólicas sobre a realidade vivida. Por isso a História Oral é uma versão dos fatos e não os fatos em si, como destaca Meihy (2002, p.50). Daí a necessidade do cuidado com a reelaboração feita pelo sujeito ao lembrar de um dado momento passado (Félix, 2004, p.35).

As considerações de Frank (1999, p.107) criticam as fontes orais devido à sua “construção induzida” por parte do entrevistador. Diferente de outros tipos de fonte, a oral é provocada pelo entrevistador, ou seja, o entrevistado não documentou seu próprio passado de maneira independente ou desprovida de um significado acadêmico. E então surgiram dificuldades, já que a fonte é provocada e pode alterar a noção de tempo do entrevistado.

Pollak (1992, p.203) complementa que, independente do momento, a memória é seletiva, e essa é uma das suas principais características, o que não impediria o pesquisador de utilizar estas 'fontes provocadas'.

Entendemos que o pesquisador não deve se colocar em uma posição de medo e receio ao utilizar as fontes orais. Sabendo de suas limitações e múltiplas

nuances, o pesquisador deve analisá-las e utilizar-se delas de modo a conseguir lapidar a memória.

Favaro (2002, p.164) traz um exemplo de como utilizar a subjetividade criada a partir da memória. Em seu trabalho *Imagens Femininas*, os elementos não-objetivos foram conduzidos, a fim de mostrar mais do que os discursos objetivos e cheios de certezas. A autora utiliza-se do pensamento de Thompson (2002), para quem há

[...] a necessidade de uma atenção constante, no sentido de assegurar o necessário equilíbrio entre estes dois movimentos opostos, deixando emergirem todas as sensações, mas cuidando para mantê-las sob controle, evitando assim, sobretudo, projetá-las no texto. (Thompson apud Favaro, 2002, p.164).

Para Meihy (2002, p.50), os elementos que parecem ser difíceis de serem usados, como as inexatidões, ou o que normalmente seriam deixados de lado e catalogados como irrelevantes, representam o que há de mais precioso em uma entrevista para o pesquisador.

Conhecer a proposta, suas particularidades e, em especial, as dificuldades em lidar com memória e História Oral são pressupostos mínimos para sua utilização responsável. As fontes orais ainda são “campo aberto” a ser percorrido e, principalmente, utilizado. Vasta e ao mesmo tempo singular; rica e ao mesmo tempo cotidiana, a História Oral se apropria das questões contemporâneas de forma que se torna impossível deixar suas perspectivas e contribuições de lado.

7. CONSUMO, CONSUMISMO, SOCIEDADE E CULTURA DE CONSUMO

Diversos autores já escreveram sobre o consumo e suas consequências na atualidade. Porém, com o passar dos anos, novos conceitos foram surgindo e se fixando em paralelo. Hoje ao pesquisar sobre o tema, podemos nos deparar com diversos conceitos que podem parecer contrários ou, dependendo o caso, semelhantes. Consumo, consumismo, sociedade de consumo e cultura de consumo são alguns deles.

O consumo é definido por Bauman (2008, p. 37) como “uma condição e um aspecto, permanente e irremovível (*sic*), sem limites temporais ou históricos”. O autor enfatiza que:

Aparentemente, o consumo é algo banal, até mesmo trivial. É uma atividade que fazemos todos os dias [...] mas na maioria das vezes é de modo prosaico, rotineiro, sem muito planejamento antecipado, nem reconsideração.

Sobre o consumismo Bauman (2008) afirma que a:

[...] passagem do consumo ao “consumismo”, quando aquele, como afirma Colin Campbell, tornou-se “especialmente importante, se não central” para a vida da maioria das pessoas, “o verdadeiro propósito da existência” (p. 38).

Bauman demonstra a diferença básica do consumo e consumismo na citação acima. Esse ocorre quando o consumo se torna a base da vida humana.

Para Baudrillard (1995), a sociedade de consumo é referenciada na busca da felicidade e igualdade através da auto-realização obtida por objetos e signos mensuráveis. A intensificação do volume de bens, adquiridos e propagandeados sob a base da necessidade, teria por fim gerar um equilíbrio e bem-estar para todos,

porém este homem com necessidades fundamentais que são supridas a partir do consumo é impelido para objetos e fontes de sua satisfação, que nunca se efetiva, o que compõe um sistema de valores implicando em integração do grupo e de controle social. As necessidades visam mais aos valores que aos próprios objetos e a satisfação tem o sentido de aderir aos valores que o produto traz consigo

Pode-se verificar que o autor possui uma visão sobre a sociedade de consumo baseada na busca incansável pela felicidade e bem-estar que, entretanto, nunca será atingida. A partir dessas conceituações, podemos perceber que esta é uma linha teórica que deixa clara a necessidade de o mercado manter essa falsa imagem dos produtos e do consumo.

Featherstone (2007) divide em três pontos a cultura de consumo: a) a expansão capitalista de mercadorias com vasta acumulação de cultura material na forma de bens e locais de compra e consumo; b) a mercadoria como criadora de vínculos e distinções; e c) o consumo como referente ao sentimento. A cultura de consumo, para o autor, é a cultura capitalista do valor de troca subjugando o valor de uso. É o mundo das mercadorias e a estrutura que advém dela, sendo elementos centrais na sociedade contemporânea. Tem-se o uso de bens não só como utilidades, mas como comunicadores, e a sociedade de consumo faz uma 'troca de marchas confortável' entre o controle através desses comunicadores e a escolha do usuário.

A cultura de consumo conceituada por Featherstone (2007) trabalha em um campo entre a manipulação maquiavélica, utilizando-se do consumo e da linha em que o consumidor é um ser plenamente consciente de seus atos e livre para concretizar escolhas.

Barbosa (2004) traz de forma sintética e explicativa considerações sobre quais autores abordam o consumo, e que conceitos são utilizados por cada um deles. Ela faz, em especial, uma síntese sobre a sociedade de consumo e da cultura de consumo. A primeira, segundo a autora, é a sociedade capitalista e de mercado, em que há acumulação de cultura material sob forma de mercadorias e serviços adquiridos pela compra. Esse consumo ocorre numa alta taxa e é pautado pela moda; a cultura de consumo, por sua vez, é a ideologia individualista baseada na liberdade, na escolha, e no fim da distinção entre alta e baixa cultura e que possui como signo a mercadoria (Barbosa, 2004, p. 57).

Em suma, o consumo nada mais é do que o processo pelo qual o homem se apropria de bens, a fim de sanar suas necessidades. O consumismo é a elevação do consumo a níveis altos gerando, inclusive, o consumo de produtos supérfluos. A sociedade de consumo é o estágio em que a própria sociedade está baseada no consumismo, e a cultura de consumo é a ideologia consequente dessa sociedade.

Nessa linha, Bauman (2008, p. 41) comenta de forma sucinta o assunto:

De maneira distinta do consumo, que é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o consumismo é um atributo da sociedade. Para que uma sociedade adquira esse atributo, a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser [...] destacada dos indivíduos e reciclada [...] numa força externa que coloca a 'sociedade de consumidores' em movimento e a mantém em curso como uma forma específica de convívio humano [...].

7.1 Origens da sociedade de consumo

Ao pensar o consumo e suas origens somos facilmente remetidos à Revolução Industrial e suas consequências no sistema de produção. Porém alguns autores observam elementos fundamentais para o nascimento da sociedade de consumo nos últimos séculos da Idade Média. Lipovetsky (1989) atenta para a relação entre a burguesia e a corte como elemento fundador do processo que, para ele, foi a base deste tipo de sociedade: a moda.

Foi desse lento trabalho de civilização dos costumes e dos prazeres, desse novo ideal estatizado e refinado que saiu a moda; ela de algum modo preparou-se historicamente mais de dois séculos antes, com o advento do espírito cortês competindo em poesia e delicadeza preciosa (Lipovetsky, 1989, p. 67).

Já Barbosa (2004, p. 15 e 19) aponta para o século XVI e a expansão comercial com o Oriente como o principal marco.

Ambos os autores dão indícios de mesmo contexto, ou seja, a ascensão econômica e social da burguesia e o renascimento do espaço urbano. As bases sociais ainda estavam assentadas no consumo familiar e de pátina, como afirma Barbosa (2004, p. 17), porém o indivíduo e a moda começam a se tornar presentes em algumas camadas da sociedade, mesmo que para minoria o “modelo a ser seguido” ou o exemplo de belo e elegante já não estivesse exatamente nos

antepassados, mas sim nos grupos contemporâneos da corte. Na disputa simbólica entre prestígio, da nobreza, e poder aquisitivo, da burguesia, quem sofreu o impacto foi o pensamento cíclico que passa a ser burlado entre esses grupos.

A Revolução Industrial entra em cena para afirmar e ampliar tais processos que já se encontravam em estado de germinação na sociedade europeia e ocidental (Barbosa, 2004, p. 15). Porém uma sociedade baseada no consumo, por outro lado, se efetiva apenas na década de 60 do século XX, com o auge da indústria e de modelos de produção e *marketing* baseados na criação de necessidades artificiais, ou seja, na institucionalização do desperdício.



8. TRAJETOS METODOLÓGICOS: ENTRE CERTEZAS E SURPRESAS

Alguns temas dificilmente podem ser pesquisados utilizando somente documentações escritas e oficiais. Temas cotidianos se revelam invisíveis dentro dessas documentações, já que o enfoque normalmente é dado a questões amplas e que sejam, por exemplo, importantes para um município, Estado, grupo e não apenas alguns indivíduos. Esta pesquisa busca exatamente o espaço até então deixado de lado pelas ciências humanas: a questão do lixo. O trato com os resíduos se insere exatamente na esfera temática, cujos problemas a maioria das documentações oficiais, para não dizer todas, não dá conta de abarcar. Trata-se de um tema que se insere em um contexto tipicamente familiar e do cotidiano, algo extremamente comum e caseiro, mas que hoje surge como uma das discussões globais.

Partindo desses pressupostos, optou-se pela exclusividade da abordagem em fontes orais. A validade de uma pesquisa prioritariamente oral não é mais questionada como um problema em si, mas deve ser medida pela criticidade com que as fontes são tratadas e 'lidas'.

Mesmo que quiséssemos trabalhar este tema a partir de fontes escritas dificuldades no trajeto seriam óbvias, então opta-se por utilizar um elemento abundante e que na maioria dos temas ainda não fora trabalhado: o discurso oral.

Em alguns contextos, a evidência oral é o que há de melhor; em outros, ela é suplementar, ou complementar, à de outras fontes. No campo da História da família, por exemplo, os padrões internos de comportamento e de relações são geralmente inacessíveis sem a evidência oral (Thompson, 1992, p. 176).

Neste trabalho estamos baseados principalmente em Paul Thompson (1992) e Meihy (2002) que em seus respectivos estudos abordam a História Oral como metodologia de pesquisa que pode ser fartamente utilizada. Partimos dos mesmos pressupostos desses autores, quando colocamos as fontes orais em lugar de destaque na construção desta monografia.

O estudo está inserido na modalidade metodológica que Meihy denomina de História Oral Temática (1996, p. 145) já que os relatos terão uma órbita pré-definida pela qual as narrativas circularão, ou seja, mesmo que o relato seja livre, as temáticas trabalhadas já estão, em maior ou menor grau, fixadas.

Após a escolha das bases documentais a serem utilizadas, buscamos um recorte espacial. Para a busca de dados, procuramos fixar o recorte em dois bairros no município de Lajeado. Procuramos no recorte demonstrar duas realidades diferentes, ou seja, uma de ambiente prioritariamente urbano e outra rural. Escolheram-se então os bairros Centro e Conventos. Segundo entrevista realizada com a Secretária do Meio Ambiente, o município de Lajeado possui menos de um por cento de área rural. Porém há pouco tempo muitas dessas áreas eram rurais. Conventos é um desses bairros que mesmo hoje mantêm fortes características de pequenas propriedades rurais. O conhecimento do contexto local permitiu uma facilidade na busca por informantes. Já o bairro Centro foi escolhido por ser normalmente a localidade que recebe olhar mais próximo e cuidadoso da administração pública, sendo assim, lugar privilegiado política e economicamente, quando o assunto é infra-estrutura. Com essas escolhas teríamos dois ambientes, inicialmente, distintos.

A delimitação temporal foi difícil de ser definida. A sucessão de administrações públicas impossibilitou a exata localização do ano em que a coleta pública foi instituída, minando, assim, o que seria ponto de partida da pesquisa. Em contato com a Prefeitura municipal e suas Secretarias, em especial Meio Ambiente e Obras, foi indicada a data como sendo o marco legal de institucionalização da coleta pública: 1973. Mesmo assim, sabíamos que a coleta propriamente dita, evidentemente, teria começado antes. Adotamos o recorte temporal tendo em vista que ele seria provisório, tomando-o como uma pista de onde começar. A partir de então, procuramos as práticas de descarte familiar e o surgimento da coleta pública municipal.

Como primeiros passos foram formuladas questões-guia em forma de um pequeno questionário. Esses contatos iniciais fizeram parte do projeto desta monografia. Procuramos, em caráter exploratório, partir de uma pergunta geral sobre o trato com o lixo, a fim de deixar o entrevistado construir suas narrativas (Thompson, 1992, p. 254). Procuramos elaborar a entrevista de modo que as livres associações do entrevistado orientassem os caminhos das demais perguntas. Porém procuramos também elencar algumas perguntas específicas sobre o tema, caso o informante não tocasse em determinados assuntos nos momentos de livre construção. A intervenção do pesquisador foi concebida a fim de ser a mínima possível, servindo apenas para lançar mais questões para a narrativa (Thompson, 1992, p. 158).

Os informantes foram escolhidos por facilidade de acesso. No bairro Conventos, a partir de alguns contatos prévios existentes entre pesquisadores e moradores locais, escolhemos uma família que possuía as características comuns do bairro em questão: trabalho na agricultura em pequena propriedade. Escolhemos assim a primeira família em que seriam entrevistados ambos os cônjuges. Optamos pela entrevista apenas com o casal, já que nas famílias entrevistadas os informantes deveriam ter lembranças claras da década de setenta, o que já nos levou a desconsiderar os filhos desses casais, a maioria nascidos na própria década de setenta ou, então, nos anos oitenta.

Logo nas primeiras entrevistas (Família 1), percebemos um ponto que não foi de todo inesperado. Os entrevistados do bairro Conventos, num primeiro momento, tendiam a respostas curtas e simplificadas sobre o tema, de modo que os pesquisadores precisaram recorrer a uma relação mais direta de pergunta-resposta do que o planejado. Por se tratar de um tema que normalmente não recebe uma reflexão direta e objetiva, a entrevista precisava de questões pontuais, a fim de que a rememoração acontecesse.

Para os demais entrevistados (Famílias 2 e 3), optamos pela indicação direta da primeira família entrevistada (Família 1). Então, os pesquisadores escolheram a primeira família; a segunda família (Família 2) foi escolhida a partir da indicação da primeira e a terceira família (Família 3) foi escolhida por indicação da segunda. A tendência nesse primeiro momento foi a indicação de familiares. O homem da 'Família 1' indicou seu primo para ser o próximo entrevistado. O homem da 'Família 2' escolheu sua irmã mais velha. Isso não se tornou um problema já que definimos

previamente que as entrevistas teriam uma estrutura baseada em três eixos: o momento em que o homem morava com seus pais; o momento em que a mulher morava com seus pais; e o momento posterior ao casamento. Com as perguntas baseadas nesses eixos, o objetivo foi conseguir informações dos modos de fazer com os resíduos de cada uma das famílias e verificar as permanências e/ou alterações de tais práticas na vida do casal. Ou seja, mesmo que um dos integrantes de cada família tivesse uma ligação de parentesco, o respectivo cônjuge não a possuía.

Depois de gravadas, as entrevistas foram transcritas de forma integral mantendo expressões e demais particularidades presentes nas falas do entrevistador e dos informantes. Como segundo passo, as falas foram impressas e sujeitas à apreciação dos entrevistados. No caso das três famílias nenhuma delas fez qualquer tipo de alteração de conteúdo ou forma. Só então, a entrevista ficou “liberada” para os pesquisadores utilizarem-na.

No bairro Centro a escolha da primeira família (Família 4) deu-se, também, por contatos prévios existentes entre os pesquisadores e informantes. Porém a escolha de entrevistar ambos os cônjuges não pôde ser efetivada logo na primeira entrevista, pois, mesmo com o pedido prévio de que o casal fosse entrevistado, apenas o homem estava presente. A segunda família do Centro (Família 5), indicada pela primeira, também teve a mesma restrição pois o homem estava impossibilitado de ceder entrevista. A terceira família do Centro (Família 6), que deveria ser escolhida a partir da Família 5, revelou-se uma agradável surpresa nos caminhos da pesquisa. A cônjuge da Família 5, que não havia participado do momento da entrevista, foi quem indicou ‘alguém’ para ser entrevistado. A indicação foi a visita a um grupo formado por senhoras das mais variadas idades, que mantêm encontros semanais de integração. Neste momento o planejamento teve que ser alterado, já que a entrevista feita simultaneamente com três senhoras acabou contando, além disso, com a participação das demais presentes no local. A entrevista não foi gravada, mas, devido às informações fornecidas, decidimos que essa seria considerada a terceira entrevista realizada no Centro (Família 6), para a qual foi elaborado um relatório. Mesmo fora do planejamento original com relação aos informantes, sentimos a necessidade de não deixar passar uma oportunidade dessas. Cremos que a flexibilidade em determinados pontos da pesquisa constitui também o processo de construção do conhecimento.

Da mesma forma, foram realizadas a transcrição integral e a posterior avaliação feita pelos próprios informantes, tal como já descrito, com exceção à entrevista da 'Família 6', que não foi gravada.

Entrevistou-se, também, como forma de obtenção de informações específicas, uma das funcionárias mais antigas em atividade da EMATER, em Lajeado. A entrevista ocorreu também sem gravação já que se deu de forma menos elaborada e mais parecida com uma conversa informal, porém os dados foram transcritos posteriormente e foram considerados na pesquisa.

Outro ponto inesperado no trajeto da pesquisa foi a possibilidade de utilizar dados referentes à pesquisa documental que estava sendo realizada paralelamente, nas Atas da Câmara de Vereadores de Lajeado, referentes ao período de 1960 até 1979. As Atas foram lidas e transcritas quando nessas houvesse referência à questão da coleta, limpeza pública e destinação dos resíduos. Os fragmentos das Atas foram fotografados e transcritos para meio eletrônico. A utilização de tal documentação não estava no projeto inicial, porém foi um meio de aproveitar uma pesquisa em curso para ampliar o leque de dados da presente pesquisa.

Outra fonte de informações utilizada são entrevistas feitas no município de Lajeado, pelo grupo de pesquisa "Práticas Ambientais e Redes Sociais: Investigação das realidades dos resíduos sólidos domésticos no Vale do Taquari/RS". O grupo fez, inicialmente no segundo semestre de 2008, no bairro Centro, entrevistas exploratórias contendo oito perguntas sobre a questão dos resíduos no município e, no primeiro semestre de 2009, com moradores de todos os bairros do município, desta vez, em caráter aprofundado, contendo trinta e sete perguntas, também sobre a questão dos resíduos atualmente. Utilizamos uma das perguntas feitas na pesquisa exploratória dos sete moradores entrevistados no Centro, e também três perguntas da pesquisa aprofundada feita com dezesseis moradores do Centro e cinco moradores de Conventos. As perguntas escolhidas para análise eram sobre o conhecimento da destinação atual dos resíduos em Lajeado, o que os pais dos entrevistados faziam com o lixo, e o que fazem com os resíduos orgânicos atualmente.

9. PRÁTICAS, PESAMENTOS, DESCARTE E LIMPEZA PÚBLICA.

9.1 Em Conventos

Por fazer parte no passado de um ambiente rural, Conventos possuía modos de fazer familiares condizentes com seu ambiente. A utilização de materiais como cascas e sobras de comida fazia parte do “modo tradicional” de descarte da população do bairro.

Utilizar esses restos para tratar os animais era maneira simples de reutilizá-los. Cascas, erva-mate, frutas, folhas, entre outros, eram facilmente colocados nos locais de plantio. Esse meio de descarte do resíduo orgânico divide-se em duas técnicas: enterrar o material em uma cava, a fim de gerar composto, e a utilização direta na plantação.

O relato da Família 1 com relação à destinação dos resíduos orgânicos é, basicamente, o mesmo da Família 2:

Ali a gente fazia o buraco, tinha um buraco lá dá uns metros da casa, uns cinco, dez metros, ali jogava tudo dentro, que nem: casca de banana, laranja, a erva do chimarrão, isso ia lá dentro (Homem da Família 1).

Das seis pessoas entrevistadas cinco traziam das suas famílias esta prática descrita acima. Os demais resíduos provenientes da alimentação como ossos, carne, e demais alimentos eram utilizados como suplemento para alimentar os animais, como mostra o relato da Família 2: “Mas resto de comida era dado pros porcos, pros animais” (Mulher da Família 2). A Família 3 utilizava-se do descarte

direto das cascas e demais resíduos na plantação. Independente do estilo utilizado o princípio era o mesmo: aproveitar ao máximo estes elementos do cotidiano seja na produção de mais gêneros alimentícios ou na alimentação dos animais. O conceito de 're'aproveitamento não cabe neste contexto já que estes materiais não eram considerados lixo, mas já possuíam utilidades.

Nas três famílias (Família 1, 2 e 3), as práticas com os resíduos orgânicos coincidiram, alterando apenas a técnica utilizada pela Família 3, que não fazia o buraco mas, sim, colocava os resíduos diretamente sobre a plantação. Nas demais famílias (Família 1 e 2) e na casa dos pais da esposa da Família 3, a técnica utilizada era a do buraco.

A presença da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, ASCAR, revelou-se marcante para a Família 2 e, no relato da esposa da Família 3, como grupo que contribuiu no ensino do uso ou, também, na permanência da utilização dessa cava. Tal afirmação ganha respaldo na fala: “nós não tinha um buraco, não fazia parte do grupo [da Igreja]...” (Homem da Família 3). Essa informação vai ao encontro de outra curiosidade: a relação da ASCAR com a comunidade Católica local. Nos relatos das Famílias 2 e 3, a presença da ASCAR se deu no contexto de participação em grupos de jovens da Igreja, ou seja, havia uma parceira entre a Associação e a comunidade Católica, a fim de conseguir um maior respaldo no próprio bairro.

Em entrevista informal com uma funcionária da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/ASCAR, na época apenas ASCAR, buscamos informações acerca da orientação dada com relação aos resíduos orgânicos. A entrevistada explica que, no decorrer dos anos, três técnicas foram ensinadas aos agricultores de Lajeado e proximidades. A primeira foi confeccionar uma cava e enterrar o resíduo; a segunda, espalhar os restos colocando uma camada de terra ou serragem por cima; e a terceira consistia no modo atual de compostagem, com a sobreposição de camadas de terra/serragem/folhas aos restos. Curiosamente o método mais difundido nas falas dos entrevistados era o mais antigo e menos adequado dos três: “Então, o excesso de umidade, a falta de aeração, da circulação do ar, na verdade a essa conclusão que chegou: há uma putrefação e não uma decomposição” (Funcionária EMATER).

Materiais como o vidro e o ferro eram acondicionados em locais de pouco acesso com o intuito de evitar acidentes, em especial com as crianças. A disposição poderia ser feita em uma caixa posta no porão, ou em um “canto” da propriedade, específico para essa finalidade, como podemos notar nos relatos:

Que nem vidro, a gente tinha uma caixa de madeira no porão da casa. Ali, se quebrar o vidro, botava dentro da caixa; ferro, ferro velho que a gente não usava mais, deixava no paiol, daí de vez em quando passava um cara, e a gente entregava para ele (Homem da Família 1)

Na Família 2:

O vidro e a lata, isso me lembro, isso tinha às vez um caminhão que passava. Bem antiga[mente]... eu era gurizinho e me lembro ainda. Sempre recolhia vidro, lata, plástico talvez, também, já naquela época, não tenho certeza. Eu sei que um caminhão a gente passava e recolhia”, “Isso num cantinho tinha uma... caixa, era colocado ou caco de vidro, era tudo, tudo guardado (Homem da Família 2); Que nem garrafas, essas coisas de vidro, não se jogava fora, isso eu sei que eles guardavam”, “Até os próprio guaraná, tudo que vinha tudo em garrafa daí tinha devolução. Tu comprava e devolvia... (Mulher da Família 2);

E também na Família 3:

Fizemos um lugar assim, com um murinho ao redor e colocava ali dentro, até que alguém passava”; “[...] vidro e ferro velho de vez em quando era recolhido, a gente amontoava e eles pagavam até alguma coisa” (Homem da Família 3); Sim, isso alguém recolhia às vezes. Não sei se eles compravam ou se só levaram, isso eu não me lembro (Mulher da Família 3).

A presença de um “grupo” que recolhia os materiais ferrosos constitui num dos elementos inesperados. Uma pequena quantia em dinheiro era paga aos proprietários rurais, para que o material fosse levado. Tratava-se de um serviço útil, já que vidros e latas não eram mais utilizados e até em determinado grau eram um possível perigo. Os entrevistados não sabiam precisar de onde vinha o caminhão, nem o que era feito com o material vendido. Esta questão ficou aberta.

A queima de resíduos de papel, trapos e pequenos objetos também era uma prática comum como podemos notar nos relatos: “Que nem tinha papel, papelão, essas coisa, isso foi queimado”, “Tinha um lugar, tinha uma caixa. Mas era tijolo montado, né, a gente jogava dentro e queimava” (Homem da Família 1); “Isso eu acho que era, até, junto... colocado junto com o orgânico, porque isso apodrece fácil. Papel, pano... Ou era queimado” (Homem da Família 2/ Mulher da Família 2); “Papel tinha muito pouco, talvez tinha um jornal por semana e o resto... o que tinha de papel? [...] Isso eu acho que era mais para acender fogo, já se consumia o jornal” (Homem da Família 3); “Papel eu acho que era queimado [...]” (Mulher da Família 3).

As famílias não possuíam o costume de juntar esse tipo de material em suas propriedades, mas, sim, queimavam, à medida que eram produzidos.

A influência das práticas dos pais nas práticas dos entrevistados é um elemento já esperado e que se confirmou. A reprodução dos modos é visível em cada um dos discursos: “Aí... isso foi, meus pais faziam isso, né. Aí depois começaram a recolher o lixo [incompreensível]. O buraco também, isso foi meu pai que ensinou, até hoje a minha mãe tem aí o buraco” (Homem da Família 1).

Porém, como já descrito, a presença da ASCAR foi marcante no relato das Famílias 2 e 3: “ASCAR naquela época ajudava muito, ensinava.../ Ela ensinava [...] incentivava o pessoal como fazer” (Mulher da Família 2/ Homem da Família 2); “Não, acho que isso [de enterrar o material orgânico] era mais... por orientação” (Mulher da Família 2); “Sim, eles vieram nas casas das sócias para ensinar mesmo. Fizeram um buraco no meio [...]”, “nós tínhamos Clube de Jovens naquela época, daí eles [ASCAR] ensinaram pra nós, nós enterrava isso [material orgânico] e depois colocávamos na horta, para plantar as hortaliças” (Mulher da Família 3). Outro elemento influenciador nos modos de fazer era a questão da segurança: “Ah, isso era juntado num canto, né, para ninguém não se machucar com isso” (Homem da Família 2).

A presença da coleta pública se mostrou uma memória de difícil precisão temporal. Porém seu significado na vida dos moradores do bairro fica evidente quando a família 1 relata que “Não, não, não! Isso aí até que foi melhor, para nós que era mais jovem foi melhor” (Homem da Família 1) bem como a família 2: “Eu acho, assim, até que foi até para melhor [...] Eu acho melhor até, para nós foi até melhor, depois que começou a recolher o lixo” (Mulher da Família 2). A facilidade da coleta pública municipal subjuga as práticas tradicionais de descarte. A pressão de novos produtos, serviços e necessidades resulta em mais lixo para descartar. Queimar poucos pedaços de papel, guardar recipientes de vidro e fazer compostagem do material orgânico tornam-se difíceis tarefas, frente à grande quantidade de materiais descartados.

Notam-se, além disso, as mudanças dos materiais descartados, tanto quantitativa, quanto qualitativamente, como se pode evidenciar nos relatos:

A única coisa, acho, [é] que dá mais lixo hoje. A gente acumula mais. Como eu falei antes, qualquer pedacinho de papel, de plástico, tu guarda; e tem

mais, tu usa mais produto, eu não sei se é, que nem, antigamente eu não usava amaciante e essas coisa, hoje tem o pote do amaciante tem as [...] (Mulher da Família 1).

A entrevistada nota a mudança nas próprias práticas de consumo, bem como a mudança nas práticas cotidianas. A presença do plástico é sempre marcante, como na fala do Homem da Família 2:

Pouca! Pouca, pouca. Era... era quase tudo em papel. Qualquer coisa que tu comprava, que vinha uma embalagem, era papel. Que nem hoje, tu vai comprar um pãozinho vem plástico. Aquela época não, era tudo em papel. Isso faz um pouco tempo, até que...

Percebemos além da mudança do tipo de lixo, novamente a alteração nos padrões de consumo e de oferta ao consumidor. No mesmo sentido, temos o relato da Mulher da Família 3: “E antigamente, que nem, essa era azeite, era só lata, não tinha esse plástico nada, faz não sei quanto tempo que tá essas coisas de plástico, só latinha, só”.

9.2 No Centro

Ao contrário do que se esperava inicialmente, a presença da coleta pública foi uma constante, mesmo que de forma simplificada, como relata o Homem da Família 5: “E o lixeiro recolhia naquela carrocinha dele que ele levava em algum lugar por aí”. O pressuposto de uma coleta efetivada apenas na década de 1970, no bairro Centro, cai por terra já que se mostrou consolidada em meados dos anos 50, segundo relatos da Família 4:

Ah, já era década de cinquenta até. Eu me lembro, me lembro. Depois começou, nos primeiros tempos, o lixo não era recolhido todos os dias [...] depois quando começou, então, não sei se recolhiam, não sei se era uma, duas vezes por semana que o [caminhão do] lixo passava. E as coisas continuam assim um tempo (Mulher da Família 4)

Também de um relato de meados da década de 60: “Há quarenta e oito anos atrás, a gente colocava o lixo pra calçada, o que era lixo” (Homem da Família 5).

A urbanidade lajeadense mostrou traços intimamente ligados à ruralidade. Práticas de descarte essencialmente rurais estiveram presentes no cotidiano dos entrevistados - a feitura dos modos de compostagem presentes em Conventos também era realizada no Centro como observado nas famílias 4, 5 e 6: “[...] eu me

lembro que nós tínhamos nos fundos de casa até o galinheiro com galinha e ovos pra uso da casa, e isso foi sendo proibido [...]” (Mulher da Família 4).

Práticas parecidas entre o meio urbano (Centro) e rural (Conventos) reforçam a ideia de uma urbanidade ruralizada. Com relação ao material, orgânico temos os relatos:

Então, e era feito no fundo do quintal das casas, teve uma época que ainda não era recolhido, era feito uma fossa, um buraco no fundo do quintal, e lá era colocado, principalmente, pelo lixo daquela época era mais casca de fruta, sujeira de verdura e coisas assim, coisa normal de uma cozinha. O resto nós não tínhamos. Então, botava uma tábua em cima, quando enchia aquilo se fechava e fazia um outro [buraco] em outro lugar” (Mulher da Família 4)

Ainda no Centro outra família demonstra práticas tipicamente rurais: “Nós tinha uma hortinha atrás onde nós enterrava matéria orgânica, não mandava cascas, essas coisas pra rua” (Homem da Família 5). Basicamente o mesmo método utilizado em Conventos.

O princípio norteador das práticas de descarte neste bairro alicerçava-se no cuidado e reutilização. Outra questão coincidente entre os bairros é a segurança com relação aos cacos de vidro: “É, vidro quebrado isso era um problema. De repente era atirado nos cantos, aqui quando eu comprei essa casa aqui o que tinha de montão era vidro lá [nos fundos]” (Homem da Família 5). Nesta linha:

... sabe que não era assim tanto vidro. Tinha o leite que vinha, às vezes, em vidro, que eu me lembro, mas a gente voltava esses vidros, voltava pro armazém, [e] tu fazia uma troca (Mulher da Família 4).

Com relação às latas, a Mulher da Família 4 nos informa que: “[...] eram aproveitadas pra colocar flores. Não tinha vasos. Muita gente plantava. Nós tínhamos muitas folhagens, fazia mudinhas de folhagens, fazer assim pra plantar verdura, pra semear nessas latas. Era sempre aproveitadas, só ia fora quando tava totalmente desmanchando”.

Sobre os meios que influenciavam as práticas de descarte temos que: “E já tinha, já era um costume de família [colocar nos fundos da casa o material orgânico] pra depois poder aproveitar na horta, nas coisa”, “Olha, eu não sei se era, assim, costume do pai, mas o pai sempre fazia isso [...]” (Mulher da Família 4); “Isso a gente já aprendeu desde nascença”, “Na nossa casa no tempo de criança, nós fazia parte de uma propriedade rural, quando eu era pequeno funcionava assim. Ia tudo no estrume, tudo” (Homem da Família 4). Não notamos desta vez uma presença da

ASCAR, por se tratar de espaço urbano, porém as práticas se mostram parecidas.

Quanto à coleta na família 4, temos, também, a comodidade dessa nova modalidade de descarte frente à antiga. “Foi se tornando mais fácil, mais cômodo. Não é mais fácil, é mais cômodo, né, ir colocando na lata do que naquele buraco. Então, acho que foi nesse sentido”, “[...] aí o lixo começou a ser recolhido mais seguido. Quanto mais seguido, mais a gente colocava [o lixo]. E as coisas foram alterando” (Mulher da Família 4). Nessa última frase temos a nítida alteração nos padrões de descarte advindos da ampliação da coleta pública. Os modos de coleta têm relação íntima com a alteração nos tipos de produtos ofertados ao consumidor. A relação entre novos produtos, o consumo e a coleta é diretamente proporcional. Temos nos relatos que:

Não, até porque na época facilitou tanto, era tão fácil isso, sabe, tinha os plásticos. Tinha até uma época que a gente, quase, chegamos a comprar saco plástico. Era aquela coisa, o plástico era o auge. Tudo ia pro plástico. As latinhas, latinha disso, e tudo isso ia. Coisas que não tinha como a gente... as embalagens, as coisas começaram a alterar também, então a vida das pessoas também alteraram. Foi bem rápido até essa mudança, eu achei assim bem rápida. Quando a gente se deu conta, a gente já tava com tudo no lixo e sem nenhuma preocupação [...] E as coisas foram alterando. A vida das famílias foi mudando, apareceu mais coisas. Latinha disso, latinha daquilo, então tudo foi alterando. E, depois de um tempo entrou os sacos plásticos. Daí todo mundo já não usou mais lata e começou a era do plástico [...] O que que a mãe colocava naquilo que eu me lembro... No fim eu acho que pararam, aos poucos pararam de fazer aquele buraco no fundo do quintal, e o lixo orgânico começou a ir pra lata. Foi se tornando mais fácil, mais cômodo. Não é mais fácil, é mais cômodo, né, ir colocando na lata do que naquele buraco. Então, acho que foi nesse sentido. Foi substituindo aos poucos (Mulher da Família 4).

Neste mesmo ponto de passagem das práticas 'tradicionais' de descarte para uma coleta mais presente no cotidiano, é que surge uma visão negativa dessas alterações:

Não tinha maiores preocupações com o lixo, né? Aquilo era mais fácil, era uma coisa diferente, era uma vida diferente, era totalmente diferente. Não tinha tevê, aquilo do rádio, então, tu não tinha muita noção [...] Tinha assim, sei lá, não havia tanto consumismo. Não havia tanto chamamento pro pessoal consumir tanto (Mulher da Família 4).

No relato da Família 4, fica evidente a visão sobre a mentalidade da época, e daquela geração:

[...] o pessoal era mais cuidadoso, também, sabe. [...] Tudo era bem cuidado, as famílias tinham muito cuidado no poupar, em ter as coisas. A gente aprendeu tanto isso, era muito insistido, a gente teve [o ensino] que não pode botar nada fora, tudo tem que usar até ter fim, nada... aquilo a gente já tinha todo o cuidado, então, não se juntava muita coisa (Mulher Família 4).

O pensamento de práticas 'tradicionais' de descarte e o tratamento dos resíduos, que vinham de uma educação e de uma visão de mundo consciente, foram percebidos no que foi dito, e até nas entrelinhas das falas dos entrevistados.

9.3 Nas Atas da Câmara

Procuramos nas Atas de 1960 até 1979 qualquer discussão, decisão ou votação que estivessem ligadas ao tema resíduos sólidos e limpeza pública. Os fragmentos encontrados foram divididos em três blocos temáticos qualitativos de acordo com o grau de importância da discussão. Os grupos foram denominados: questões pontuais; questões estruturais e outras questões. No primeiro grupo, foram elencados fragmentos que continham qualquer espécie de afirmação dos vereadores, no sentido de propor ou criticar o Executivo em uma questão que poderia ser sanada facilmente e, em especial, sem alterar o padrão já estabelecido. No segundo grupo, fragmentos que necessitavam de alteração no padrão estabelecido, ou que demonstravam nova realidade no município; no terceiro, votações de impostos e as questões que não se encaixavam nos demais grupos.

Na década de 1960, podemos notar, ao contrário do que se esperava, questões estruturais logo nos primeiros anos, como observadas em 1960, 1964, 1967, 1968 e 1969, conforme tabela abaixo:

TABELA 1 – Síntese das Atas da Câmara na década de 1960

Questões Pontuais	
Ata 6/64	Limpeza em rua (2)
Ata 21/69	Limpeza em rua
Questões Estruturais	
Ata 14/60	Suspensão de depósito de lixo
Ata 25/64	Compra de macacões para os funcionários da coleta
Ata 8/67	Suspensão de depósito de lixo
Ata 10/67	Crítica ao serviço de limpeza
Ata 8/68	Pedido de instalação de cestas de lixo
Ata 28/69	Suspensão de depósito de lixo no rio
Outras	
Ata 16/60	Imposto de limpeza
Ata 14/64	Limpeza das ruas com jato d'água
Ata 27/64	Aprovada a taxa de limpeza pública
	Limpeza das ruas com jato d'água

Fonte: o autor

Nos anos 60, dificilmente a pauta lixo aparecia mais do que duas vezes em um ano, à exceção do ano de 1964, em que tivemos quatro pedidos ao poder Executivo. Podemos notar também que existem grandes lapsos de tempo em que o lixo não é comentado. Mesmo que as duas afirmações acima deem a entender que o lixo não era uma grande preocupação, temos questões estruturais sendo discutidas e apontadas. Os pedidos de suspensão de depósito de lixo são os que mais aparecem. Esses depósitos não são apontados como sendo da prefeitura porém, independente deste ponto, pode-se notar a existência de espaços em que o lixo se mostrava uma preocupação dos vereadores.

Na década de 1970, temos um número superior de fragmentos contendo o lixo como pauta. Porém o conteúdo desses fragmentos não é muito diferente da década de 1960:

TABELA 2 – Síntese das Atas da Câmara na década de 1970: Questões pontuais

Década de 1970	
Questões Pontuais	
Ata 5/70	Limpeza das ruas da cidade
Ata 4/71	Limpeza de ruas da cidade
Ata 13/71	Limpeza de local específico
Ata 15/71	Limpeza de rua específica
Ata 25/72	Limpeza geral e de rua específica
Ata 14/73	Limpeza de local específico
Ata 21-02/74	Retirada de sucatas da Rodovia
Ata 24-02/74	Limpeza dos terrenos para festejos
Boletim 08/75	Limpeza de rua específica
Boletim 17/76	Limpeza de rua específica
Boletim 10/77	Limpeza de rua específica
Boletim 13/77	Limpeza de rua específica
Boletim 15/77	Pedido de recolhimento de lixo em rua
Boletim 20/77	Pedido de recolhimento de lixo em rua
Boletim 21/77	Pedido de recolhimento de lixo em rua
Boletim 01/78	Pedido de recolhimento de lixo em rua
Boletim 19/78	Limpeza de local específico
Boletim 20/78	Limpeza de local específico
Boletim 20/78	Limpeza das ruas da cidade
Boletim 08-03/79	Limpeza de rua específica
Boletim 08-03/79	Pedido de recolhimento de lixo em rua

Fonte: o autor

TABELA 3 – Síntese das Atas da Câmara na década de 1970: Outras

Outras	
Ata 16/78	Anúncio da chegada de caminhão e cestas de lixo
Ata 20/78	Pedido de auxílio à mídia impressa/ Existência de foco de moscas
Boletim 20/78	Delimita perímetro urbano em Conventos
Ata 20/79	Delimitação do perímetro urbano implica em taxa de recolhimento de lixo

Fonte: o autor

TABELA 4 – Síntese das Atas da Câmara na década de 1970: Questões estruturais

Questões Estruturais	
Ata 3/72	Maior regularidade na limpeza
Ata 24/72	Limpeza de terrenos baldios
Ata 12/73	Instalação de cestas de lixo
Ata 13/73	Maior regularidade na limpeza
Ata 17/73	Suspensão de depósito (2)
Boletim 18/75	Pedido de atendimento uniforme aos contribuintes
Ata 01/76	Crítica ao serviço de limpeza
Boletim 17/76	Suspensão de depósito
Ata 23/76	Crítica pela falta de recolhimento
Boletim 03-01/77	Suspensão de depósito
Boletim 07-01/1977	Ampliação dos dias de recolhimento em rua (2)
Ata 9/77	Suspensão de queima
Boletim 08-01/77	Ampliação dos dias de recolhimento em rua/ Instalação de cestas de lixo
Boletim 09/77	Maior regularidade no recolhimento
Boletim 13/77	Suspensão de depósito
Ata 15/77	Suspensão de depósito
Boletim 15/77	Ampliação dos dias de recolhimento em rua
Boletim 19/77	Ampliação dos dias de recolhimento em rua / Suspensão de depósito
Ata 26/77	Crítica pela falta de recolhimento em rua
Boletim 22/77	Suspensão de depósito
Ata 08/78	Suspensão de depósito
Boletim 13/78	Suspensão de depósito
Boletim 05-03/79	Suspensão de depósito
Boletim 14-03/79	Suspensão de queima
Boletim 18-03/79	Ampliação dos dias de recolhimento em rua (2)

Fonte: o autor

As questões estruturais, também em maior número, não revelam pautas novas. A suspensão de depósitos de lixo continua como assunto predominante, porém compete com os pedidos de maior regularidade do recolhimento em ruas da cidade e maior regularidade de limpeza. A maior quantidade de pedidos deve-se pela individualidade de alguns vereadores que passaram a questionar o Executivo

periodicamente quanto ao assunto dos resíduos. Motivações pessoais? Conhecimento e sensibilidade em relação ao contexto internacional? Difícil responder, porém podemos observar em Bidone e Povinelli (1999) que a década de 70 representa quantitativamente, na região sudeste, o florescimento do plástico e do vidro na sociedade.



CONCLUSÃO: ENTRE DÚVIDAS E CERTEZAS

A questão do lixo em Lajeado, e no próprio Vale do Taquari, passa por mudanças e problemas verificados em outras regiões do Brasil e do mundo, porém mantém características históricas próprias. A maneira com que os entrevistados tratavam os seus restos estava ligada a traços tipicamente ruralizados e agrários, ao mesmo tempo em que surgem discursos da facilidade gerada pelos dispositivos modernos de gestão urbana do lixo.

O descarte ocorreu de maneira semelhante tanto na área rural, representada aqui por Conventos, quanto na urbana, Centro. Enquanto identificávamos o modo de se desfazer do lixo, o contexto histórico do Vale evidencia na prática cultural. A divisão da pesquisa entre dois bairros teoricamente distintos permitiu verificar esta particularidade lajeadense. Uma urbanidade que não exclui, ou sobrepõe, mas se soma ao rural. Lipovetsky (1988) explica que a tendência cultural contemporânea, ou Hipermoderna, é a convivência de elementos ditos contrários sem que precise haver uma disputa ferrenha.

Nos anos sessenta, possuir um canteiro, reutilizar o material orgânico como adubo ou alimento para animais, isolar materiais perigosos como cacos de vidro e latas foram práticas de todos os entrevistados. A análise das Atas da Câmara de Vereadores paralelamente permitiu a visão de preocupação nascente com o lixo. Já existiam depósitos de lixo indesejados no município, e que, a exemplo, atrapalhavam atividades no grupo escolar Fernandes Vieira, conforme Ata nº 14/60. Permanece a dúvida da proveniência do depósito citado.

Mesmo que houvesse um recolhimento periódico no Centro realizado por funcionários públicos utilizando carroças e a presença do caminhão, práticas rurais de descarte predominavam, em especial no modo de pensar das pessoas. Aproveitar uma lata como vasilhame que pudesse guardar objetos era prática comum e enraizada, como verificado em entrevista da “Família 6”. O descarte de um material estava intimamente ligado à concepção de lixo. Não podemos esquecer que nesta década alguns produtos eram de difícil acesso e, portanto, possuí-los adquiria um significado especial (Bidone e Povinelli, 1999, p. 14).

Cada indivíduo era responsável por seu próprio resíduo e o geria dentro dos próprios limites familiares. Nesse caso, em Conventos, notamos o compartilhar das tarefas de descarte entre pais e filhos, à medida que esses podiam lidar com determinados elementos como fogo e cacos, como dito pelas Famílias 1, 2 e 3. No Centro, a figura feminina assume um papel central na atividade (Família 4). Independente do gestor familiar, o lixo era uma questão interna da família, uma vez que relatos sobre relações sociais, auxílios e desavenças com relação à destinação do resíduo não surgiram nas entrevistas. Porém há duas curiosidades: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) e um indivíduo recolhedor do ferrovelho. Ambos aparecem no bairro Conventos. A primeira ensinando à população ligada à comunidade católica o trato com os resíduos orgânicos, inclusive a maneira de reutilizá-los como adubo. O segundo interferindo na destinação dos materiais ferrosos. Sobre esse temos poucas informações, pois os entrevistados que o citaram (Família 2 e 3) sabiam pouco sobre a origem ou o que fazia especificamente com o material comprado. Outra questão que permanece.

Nos dois bairros houve a manutenção das práticas familiares de descarte. Porém podemos notar diferenças ao analisarmos a década de setenta. As Atas da Câmara indicam uma maior preocupação e incidência do tema lixo no Legislativo. A preocupação com os depósitos indesejados aumenta, e pedidos de recolhimento em áreas específicas do município são recorrentes. Tal informação relaciona-se à presença do caminhão no Centro, bem como às falas indicando facilidade e comodidade deste serviço em comparação com práticas ditas tradicionais. Neste ponto temos uma divisão de modelos nos bairros estudados. Conforme os relatos, a coleta pública em Conventos efetiva-se em fins da década de oitenta. Nas Atas da Câmara temos, ao final da década de setenta, as primeiras discussões sobre a

delimitação do perímetro urbano de Conventos. Também, em relato da Mulher da Família 4, vemos a suspensão da criação de animais nas áreas urbanas.

A implantação da coleta pública fica de difícil precisão já que as entrevistas não atingiram tal grau de especificidade cronológica. No bairro Conventos, analisando em paralelo as Atas da Câmara e as entrevistas, fica evidente a inserção do bairro em uma coleta sistemática com a delimitação de sua área urbana. No Centro os recortes temporais feitos não deram conta de chegar às origens da coleta pública. No relato da Mulher da Família 4, temos um indício deste período, porém esbarramos nas dinâmicas próprias da memória, ao tentar mapear de forma concreta o período. Esquecimentos, seleções, enfim, memória. Novamente um item em aberto.

A coleta pública aos poucos vai alterando o caminho pelo qual o lixo passava. Notamos que inicialmente estavam plenamente inseridas no cotidiano familiar: a aquisição do produto, por compra ou feitura, consumo, descarte; e a disposição final do material. Havia algumas alternativas que não dependiam da família, como era o caso do ferro-velho em Conventos e da coleta feita por carroças. Porém, mesmo com esses recolhimentos, a família era responsável pelo acondicionamento do material por alguns meses, no caso rural, pois o ferro-velho passava até duas vezes ao ano, segundo a Família 2. No Centro, o recolhimento inicial representava uma parte pequena do produzido. Nas duas realidades pode-se dizer que a família possuía grande parte da responsabilidade sobre o lixo.

Porém temos um contexto de industrialização no Brasil e criação de indústrias de beneficiamento de gêneros agrícolas no Vale do Taquari. O panorama se altera a ponto de verificarmos as consequências nas falas dos entrevistados: mais lixo. Nas Atas da Câmara, notamos falas sobre o crescimento e desenvolvimento de Lajeado. Ou seja, os elementos da urbanidade “tradicional” são fortalecidos, e as dificuldades encontradas com o lixo em outras cidades entram em pauta no município. A solução encontrada e reivindicada é a ampliação da coleta pública. A gestão familiar torna-se insuficiente, e o elemento totalmente inserido e gerido pela família precisou ser transferido para o Poder Público municipal.

Possuir um canteiro, ou horta, em que são plantados gêneros alimentícios é um indício do tipo de tratamento que será dado aos resíduos orgânicos. Essa é uma

prática verificada que se mantém no imaginário e, acima de tudo, na maneira de fazer de muitas famílias. Em uma região em que muitas pessoas viveram em área rural, não é surpresa que a prática ainda seja utilizada ou, pelo menos, tida como desejável. Mesmo com a inserção do agrotóxico, a fertilização feita a partir da erva-mate, de cascas, de folhas, entre outros, era a alternativa mais barata de se manter.

Quanto às entrevistas, percebemos que a dificuldade na narrativa o que denota a exposição de um tema há muito não refletido, nem lembrado (Félix, 2004, p. 36). Com a superexposição de temas ambientais foi possível notar valores culturais contemporâneos na memória. O passado é lembrado como um período em que o lixo foi gerido de uma forma melhor, e lembranças de um passado recente se fixam na alteração deste modo de gestão. O surgimento do plástico é sempre marcante, bem como do desperdício e consumismo. Os entrevistados deixam clara a consciência de que a quantidade de novos produtos e embalagens afetou prejudicialmente a sociedade, porém percebem que na época foi uma facilidade recebida com entusiasmo (Família 4)

Notamos, através de entrevistas feitas pelo grupo Práticas Ambientais e Redes Sociais já citado, que ainda existem pessoas utilizando a compostagem do material orgânico ou que gostariam de fazê-la se tivessem espaço na propriedade. Essa é uma das permanências encontradas neste município que mesmo urbano possui 'um pé' no meio rural. Porém percebemos, na nova população que habita o Centro, o desconhecimento da destinação final dos resíduos e do processo de gestão no município. A industrialização, urbanização e modernização não foram suficientes para apagar determinados traços culturais, mas influíram na divisão entre o descarte do lixo e os munícipes. A responsabilidade agora passa a ser da Prefeitura, ou seja, do "outro".

A utilização da História Oral contribuiu com fontes cheias de sentimentos, lembranças, personalidades, bem como novas dúvidas, imprecisões e imprevistos. Várias questões não puderam ser respondidas, novas surgiram onde antes pensávamos haver certezas. Improvisos e flexibilidade foram palavras que ganharam um sentido real, quando nos deparamos com um grupo de senhoras a ser entrevistado, como a 'Família 6', ou quando surgiu a oportunidade de analisarmos as Atas da Câmara de Vereadores. Fica a esperança de que a História possa

demonstrar cada vez mais interesse e curiosidade nessas áreas até então intocadas e que esta pesquisa possa colaborar de uma forma ou de outra nesta curiosidade.



REFERÊNCIAS

Referências Citadas

- ANDRADE, André Wagner. **Arqueologia do Lixo**: Um estudo de caso nos depósitos de resíduos sólidos da cidade de Mogi das Cruzes em São Paulo. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Arqueologia, USP, São Paulo, 2006.
- AUGUSTO DE FARIA, Octávio. **Monografia do município de Taquari**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1981.
- BARBALACE, Roberta Crowell. **The History of Municipal Waste**. EnvironmentalChemistry.com, August 2003. Disponível em: <http://environmentalchemistry.com/yogi/environmental/wastehistory.html>. Acesso em: 29 de março de 2007.
- BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BIDONE, F.R.A.; POVINELLI, J. **Conceitos Básicos de Resíduos Sólidos**. São Carlos: USP, 1999.
- BOURGEOIS, J.; ERVYNCK, A.; GILTÉ, M.; RONDELEZ, P. (1994). **Talking Garbage** – an archaeological inquiry into modern household refuse. Universiteit

Gant. Disponível em:
<http://www.archaeology.ugent.be/preproto/en/en_preproto_garbage.htm>. Acesso em: 29 de março de 2007.

BUBLITZ, Juliana. O Desmatamento Civilizador: A História Ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul (1824-1924). In: **III ANPAS**, Brasília, 2006.

CHRISTILLINO, Cristiano. Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840 ~1889). São Leopoldo: Unisinos, 2004.

COMLURB – **Companhia Municipal de Limpeza Urbana** (Rio de Janeiro, RJ). História da Limpeza Urbana. Disponível em:
<http://www2.rio.rj.gov.br/comlurb/emp_hist.htm> . Acesso em: 30 de março de 2007.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

FAVARO, Cleci Eulália. **Imagens Femininas: Contradições, ambivalências, violências**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FÉLIX, Loiva Otero; SILVEIRA, Daniela Oliveira. **Escrevam porque as ditaduras não duram para sempre**. Passo Fundo: UPF, 2004.

FIGENBAUM, Jones. **Os artesãos da pré-história do Vale do Taquari e sua cultura material**. Monografia (Graduação) – Curso de História, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2006.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: Chauveau, A. e Tétard, Ph. (org.) **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

JACQUES, Nilo. **Lajeado**. Lajeado: Fates, 1974.

JÚNIOR, André Bozzetto. **Ilópolis** – origens e raízes. Ilópolis: Prefeitura Municipal, 2004.

KREUTZ, Marcos Rogério. **O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari - Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. 2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MAZZARINO, Jane M. et. al. Práticas Ambientais e Redes Sociais: Investigações das realidades dos resíduos sólidos domésticos no Vale do Taquari/RS. In: MOSTRA DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA DA UNIVATES, 9, 2007, Lajeado. **Anais eletrônicos...** Lajeado: Univates, 2007. Disponível em:

<<http://www.univates.br/files/files/univates/meep/Multidisciplinar.pdf>>. Acesso em: 14 de nov. 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilla de Almeida Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e cidadania: o direito ao passado. In: **O Direito à Memória: patrimônio e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RATHJE, W.; MURPHY, C. **Five major myths about garbage, and why they're wrong**. July 1992. Disponível em:

<<http://www.tulane.edu/~bfleury/envirobio/readings/rathje/rathje.htm>>. Acessado em: 30 de março de 2007.

RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra. Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul**. 1ª. ed. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Lajeado I**. Lajeado: Fates, 1992.

SECCHI, Cristiane. **Ferrovia do Trigo: uma história sobre trilho (1940-1980)**. Monografia (Graduação) – Curso de História, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.

SILVEIRA, Helder Godim da. **A Integração Latino-Americana: projetos e realidades**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

9.2 Referências Consultadas

AHLERT, Luciodo; GEDOZ, Sirlei Terezinha. Povoamento e Desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, RS 1822 e 1930. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 8, n.1, 2001.

ANDRES, Luíz Fernando. O desenvolvimento no município de Estrela: análise sócioeconômica. **Estudo & Debate**, Lajeado, vol.3,n.1, 1996.

BARDEN, Júlia Elisabete et. al. A economia do Rio Grande do Sul no período entre 1920 e 1940: Uma análise da região do Vale do Taquari. **Estudo & Debate**. Lajeado, ano 8, n.2, 2001.

BORGES, Nilson. Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilla de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano** – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano** 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: EDIUPF, 2002.

FERNANDES, Diéfersom. As Famílias e Seu Lixo: Um estudo exploratório sobre as práticas e noções de descarte antes e depois da coleta pública em Lajeado. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL – DIÁLOGOS NA CONTEMPORANEIDADE: VERTIGENS DO TEMPO, 1, 2008, Lajeado. **Anais...** Lajeado: Univates, 2008. 1 CD-ROM.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilla de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano** – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Guaíba no contexto histórico-arqueológico do Rio Grande do Sul**. Guaíba: Ed. do Autor, 2002.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio D'Água, 1988.

LIPOVETSKY, Gilles. Sedução, publicidade e pós-modernidade. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia Faculdade de comunicação social. Porto Alegre, n.12, 2000.

MONTEIRO, Charles. Urbanização e Modernidade em Porto Alegre. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Org.) **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3, t.2.

MOURA, Gerson. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo: Contexto, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Espaço, Sociedade e Cultura: o cotidiano da cidade de Porto Alegre. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.) **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3, t.2.

PONTING, Clive. **Uma História Verde do Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Estrela**: Ontem e Hoje. Lajeado: O Autor, 2002.

TEDESCO, João Carlos. **Colonos, Carreiros e Comerciantes**. Porto Alegre: Edições EST, 2000.